

2015

# CONFERÊNCIA SINDICAL



«Afirmar o futuro nos 40 anos do STAL»

# PODER LOCAL



**Motor de desenvolvimento**  
**pilar da democracia**



# Motor de desenvolvimento

## Ao serviço das populações

Abastecimento de água

Limpeza das ruas

Recolha e tratamento de lixo

Saneamento básico

Jardins

Arruamentos e estradas  
municipais

Equipamentos sociais

Cultura

Desporto

Educação

Protecção civil

Apoio aos idosos e aos  
mais desfavorecidos

Em 41 anos  
de democracia,  
as autarquias locais  
transformaram o país  
e contribuíram  
decisivamente para a  
recuperação do atraso  
provocado por quase meio  
século de ditadura!



São apenas alguns dos serviços públicos essenciais que as autarquias locais prestam às populações, num modelo de descentralização, proximidade e democracia participativa que tem provas dadas, apesar de os constrangimentos a que têm estado sujeitas.

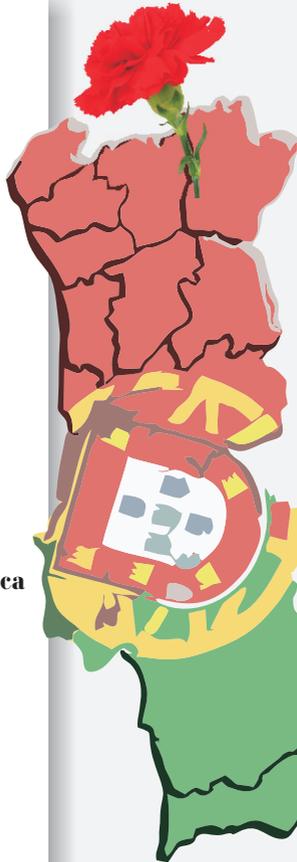


# pilar da democracia

## Força Realizadora

### Em 25 de Abril de 1974

- Havia carência de 700 mil habitações
- 57% não tinham água canalizada
- 68 % não tinham casa de banho
- 50% não tinham esgotos
- 36% não tinham energia eléctrica
- 87% dos concelhos não realizavam o tratamento de águas poluídas e de esgotos
- Muitos concelhos estavam privados de assistência médica
- A taxa de analfabetismo atingia os 25,5%
- 1500 povoações com mais de cem habitantes não tinham acessos rodoviários
- A prática de desporto não atingia 5% das populações
- Mais de 420 mil crianças não tinham infantários
- Apenas 12 mil idosos tinham acesso aos precários equipamentos de apoio existentes



Cumprindo a sua missão constitucional de «prossecação de interesses próprios das populações», as autarquias locais criaram estruturas profissionais nas diferentes áreas da sua intervenção, que tiveram o duplo efeito de melhorar radicalmente a qualidade de vida das populações e de contribuir decisivamente para a criação de emprego de qualidade nas diferentes regiões do País.

**A descentralização administrativa só é autêntica e eficaz quando assente em órgãos com autonomia, próximos das populações, directamente eleitos e controlados por estas.**



# Motor de desenvolvimento

## A importância do investimento local

Os cortes cegos e indiscriminados que sucessivos governos têm prosseguido, do PS ao PSD/CDS, limitando a capacidade de investimento dos municípios, põem em causa esse papel importante da Administração Local.

Nos últimos anos esses cortes aparecem já refletidos no peso cada vez mais reduzido do investimento.

Evolução do Investimento Público em Portugal a preços correntes

| Anos | Investimento Publico Total | Investimento Publico Local | Inv Pub local em % do Inv Pub | PIB        |
|------|----------------------------|----------------------------|-------------------------------|------------|
| 1995 | 3.927,60                   |                            |                               | 89.037,30  |
| 1996 | 4.597,00                   |                            |                               | 94.351,40  |
| 1997 | 5.703,40                   |                            |                               | 102.356,90 |
| 1998 | 5.685,40                   |                            |                               | 111.385,20 |
| 1999 | 5.907,80                   |                            |                               | 119.639,20 |
| 2000 | 5.921,10                   |                            |                               | 128.466,30 |
| 2001 | 6.838,30                   |                            |                               | 135.827,50 |
| 2002 | 6.572,60                   |                            |                               | 142.631,40 |
| 2003 | 6.401,20                   |                            |                               | 146.158,30 |
| 2004 | 6.764,00                   |                            |                               | 152.371,60 |
| 2005 | 6.475,90                   |                            |                               | 158.652,60 |
| 2006 | 5.585,50                   |                            |                               | 166.248,70 |
| 2007 | 5.651,50                   | 1.987,00                   | 35,2                          | 175.467,70 |
| 2008 | 6.660,20                   | 2.089,00                   | 31,4                          | 178.872,60 |
| 2009 | 7.217,80                   | 2.064,00                   | 28,6                          | 175.448,20 |
| 2010 | 9.485,40                   | 1.782,00                   | 18,8                          | 179.929,80 |
| 2011 | 6.120,30                   | 2.041,60                   | 33,4                          | 176.166,60 |
| 2012 | 4.314,40                   | 1.575,40                   | 36,5                          | 168.398,00 |
| 2013 | 3.735,60                   | 1.990,10                   | 53,3                          | 169.394,90 |
| 2014 | 4.295,90                   | 1.394,20                   | 32,5                          | 173.053,30 |

Fonte: Contas Nacionais (INE), Procedimentos dos Défices Excessivos Outubro 2014 e Relatório OE/2015

**Ao limitar a capacidade realizadora das autarquias locais, o Governo põe em causa os serviços imprescindíveis prestados às populações e piora a sua qualidade de vida!**



# pilar da democracia

## Quem são os responsáveis pela dívida?

A campanha contra o Poder Local procura minar o seu prestígio junto das populações, justamente adquirido desde o 25 de Abril de 1974, transmitindo a ideia de que as autarquias são um sorvedouro de dinheiro e que se encontram completamente endividadas.

Quadro I – Dívida Pública Local e Dívida Pública Total (entre 2007 e 2014)

unidade: milhões de euros

|                                                             | 2007       | 2008       | 2009       | 2010       | 2011       | 2012       | 2013       | 2014       |
|-------------------------------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Dívida Bruta das Administrações Públicas (Consolidada)      | 120.088,50 | 128.191,40 | 146.691,30 | 173.062,50 | 195.689,60 | 211.784,30 | 219.644,60 | 225.280,40 |
| Dívida Bruta da Administração Regional e Local (=1+2+3)     | 7,091 €    | 7,888 €    | 8,533 €    | 10,691 €   | 11,047 €   | 10,458 €   | 10,719 €   |            |
| 1. Dívida Bruta da Administração Regional da Madeira        | 1,426 €    | 1,848 €    | 2,066 €    | 3,642 €    | 4,058 €    | 4,118 €    | 4,290 €    |            |
| 2. Dívida Bruta da Administração Regional dos Açores        | 470 €      | 537 €      | 601 €      | 971 €      | 1,058 €    | 1,147 €    | 1,262 €    |            |
| 3. Dívida Bruta da Administração Local                      | 5,196 €    | 5,303 €    | 5,866 €    | 6,078 €    | 5,931 €    | 5,194 €    | 5,166 €    |            |
| Produto Interno Bruto (PIB), a preços de mercado            | 175.467,70 | 178.872,60 | 175.448,20 | 179.929,80 | 176.166,60 | 168.398,00 | 169.394,90 | 173.053,30 |
| Rácio Dívida Bruta das Administrações Públicas no PIB       | 68,4       | 71,7       | 83,6       | 96,2       | 111,1      | 125,8      | 129,7      | 130,2      |
| Rácio Dívida Bruta da Administração Regional e Local no PIB | 4,00%      | 4,30%      | 4,90%      | 5,90%      | 6,30%      | 6,20%      | 6,30%      |            |
| Rácio Dívida Bruta da Administração Local no PIB            | 3,00%      | 3,00%      | 3,30%      | 3,40%      | 3,40%      | 3,10%      | 3,00%      |            |

Fonte: Procedimentos dos Défices Excessivos (INE); 2ª notificação de 2011 e 2ª notificação de 2014

Representando 8% da totalidade da despesa pública, o peso do investimento público local no total do investimento público, é consideravelmente superior, o que reflecte bem a importância que as autarquias têm na promoção do desenvolvimento económico do nosso país.

No entanto a dívida das autarquias ao longo dos últimos 7 anos, não apenas se manteve inalterável como o seu peso no PIB se manteve praticamente constante (3%), enquanto a dívida total do Estado representa (2014) 130,2% do PIB.

**A realidade demonstra que o nível de endividamento do Poder Local tem pouca influência no total da dívida pública nacional!**



# Motor de desenvolvimento

## A ofensiva contra os trabalhadores

Ouve-se com frequência que os funcionários públicos auferem salários mais elevados que no sector privado. Trata-se de uma clamorosa falsidade que não resiste à confrontação com a realidade das autarquias.

- ➔ **Mais de metade dos trabalhadores das autarquias auferem em média 630 euros mensais brutos;**
- ➔ **Cortes salariais e nas horas extraordinárias, os congelamentos das promoções e progressões;**
- ➔ **O roubo dos subsídios de férias e de Natal;**
- ➔ **O novo regime laboral acabou com a estabilidade de emprego, admite despedimentos, várias formas de mobilidade e perpetua a precariedade;**
- ➔ **O aumento do horário de trabalho semanal para a 40 horas;**
- ➔ **A tentativa de imposição da adaptabilidade e do banco de horas;**
- ➔ **O boicote à contratação colectiva, e o congelamento ilegal de 600 ACEP.**

A liquidação de mais de um milhar de freguesias atenta contra os direitos das populações e dos trabalhadores

O propósito de suprimir empresas municipais, com base em critérios de rentabilidade, não só põe em causa a prestação de serviços essenciais, como irá provocar o despedimento de milhares de trabalhadores

A asfixia financeira dos municípios e a violação da sua autonomia, pelo Governo, visam eliminar serviços públicos, liquidar os direitos dos trabalhadores e promover despedimentos.



**Os trabalhadores da Administração Local são cada vez mais explorados**

# pilar da democracia

## Um ataque à Democracia

O poder local, os seus trabalhadores e os direitos das populações estão hoje fortemente ameaçados com as políticas cegas e economicistas que, com o pretexto de combater a crise, o actual governo tem vindo a levar a cabo!



São os efeitos visíveis das políticas destruidoras do governo e da pressão que tem levado a cabo sobre o poder local.

- O que está em causa é a democracia!
- O que está a ser posto em causa é a capacidade realizadora das autarquias locais!

- Extinção de freguesias
- Redução de municípios
- Diminuição de trabalhadores
- Privatização de serviços públicos
- Redução das transferências financeiras
- Aumento de competências sem contrapartidas
- Subordinação ao poder central

# CONFERÊNCIA SINDICAL

**TRABALHO COM DIREITOS**

**AUTONOMIA  
DO PODER  
LOCAL**



**AFIRMAR O FUTURO**  
DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

19 JUNHO 2015  
FORUM LISBOA

